

# Manifesto **O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos**: uma análise argumentativa

## Le Manifeste **O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos** : une analyse argumentative

Nárllel Dayane Advíncula-Miguel\*

Maíra Avelar Miranda\*\*

### Resumo

Neste trabalho, pretendemos analisar o funcionamento do Modo de Organização Argumentativo, mais especificamente da Proposta, no Manifesto “O Visconde de Ouro Preto aos seus Concidadãos”. Para tanto, será feita uma breve contextualização do Manifesto em questão, como também a seleção de cinco trechos de análise, em que serão detalhadas as Asserções de Partida, de Chegada e de Passagem. Em nossas análises, buscaremos demonstrar como o Visconde estrutura sua argumentação contra a República, de modo a persuadir os seus concidadãos a se engajarem contra esse novo regime. Os resultados apontam que a argumentação desenvolvida pelo Visconde em seu Manifesto orienta-se a partir de um duplo ideal: o ideal de explicação e o ideal de persuasão.

**Palavras-chave:** Modo de Organização Argumentativo; Manifesto; Visconde de Ouro Preto.

### INTRODUÇÃO

Ocorrida no Rio de Janeiro, então capital do Império Brasileiro, a Proclamação da República foi um evento que abalou as estruturas políticas do Brasil no fim do século XIX. Foi o momento em que o reinado de D. Pedro II deu lugar à República dos Estados Unidos do Brasil, regime político que

---

\*Mestranda do Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Ouro Preto e bolsista da FAPEMIG.

\*\*Professora Adjunta de Linguística de Texto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

perdura até hoje. Segundo Costa (2010), a proclamação teria sido facilitada pelo desprestígio da Monarquia, devido às constantes críticas que recebia. Naquela época, muitas figuras públicas republicanas aclamaram, com entusiasmo, o novo governo, considerado por eles como uma nova era de união e fraternidade. A República era vista como uma nova era de progresso para a realização de grandes reformas sociais e políticas, ao contrário da Monarquia que, para eles, representava um acúmulo de ruínas e atrasos, sendo o novo regime uma forma de correção.

Ruy Barbosa, então ministro da fazenda, considerou que a República Brasileira representaria o avanço, pois “A prosperidade nacional cresce. (...) Em breve será decretada liberdade de culto e o casamento civil. Paz absoluta.” (OURO PRETO, 1891, p. 6). Aristides Lobo escreveu ao **Correio da Manhã**, de Lisboa, de 13 de Dezembro de 1889, que o evento foi um “acontecimento único (...) O que se fez é um degráo, talvez nem tanto para o advento da grande éra. (...) Era um phenomeno digno de ver-se.” (OURO PRETO, 1891, p. 181).

Entretanto, houve aqueles que, idealizando a Monarquia e recusando-se a reconhecer as deficiências do regime monárquico, consideraram o acontecimento como um acidente infeliz. Na concepção desse grupo de pessoas, tudo não passava de um golpe. Um dos personagens monarquistas mais representativos era o Visconde de Ouro Preto. Em suas palavras, “O imperio não foi a ruina, foi a conservação e o progresso. Durante meio seculo manteve integro, tranquillo e unido territorio colossal: converteu o paiz atrasado e pouco populoso em grande e forte nacionalidade (...)” (OURO PRETO, 1891, p. 23). Ele entendia que a Proclamação era um erro, um crime cometido. Para reforçar suas convicções, o Visconde escreveu o Manifesto “O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos”, em 1889.

A escrita desse manifesto reforça sua insatisfação para com a República recém-instaurada, bem como o desejo de adesão de seus ideais pelos concidadãos e compatriotas. É partindo dessa premissa que buscaremos analisar a dimensão argumentativa presente no Manifesto. Fundamentaremos

nossa análise no Modo de Organização Argumentativo de Patrick Charaudeau (2008).

## **1 O MODO DE ORGANIZAÇÃO DO DISCURSO ARGUMENTATIVO**

Do ponto de vista teórico-metodológico, o presente trabalho tomará como base a Teoria Semiollingüística de Charaudeau. Essa perspectiva de abordagem da linguagem considera que o sujeito utiliza determinadas categorias de língua e as organiza em função das finalidades discursivas de um determinado ato de comunicação. Sendo assim, a língua - e as atitudes mentais dos sujeitos que a utilizam - pode ser categorizada em determinados Modos de Organização do Discurso.

Charaudeau (2008) considera os Modos de Organização como tipos de operações que estruturam o discurso, organizando a matéria languageira, cuja finalidade comunicativa do sujeito falante pode ser de enunciar, descrever, contar ou argumentar. Por isso, esses modos foram agrupados em quatro categorias: o Enunciativo, o Descritivo, o Narrativo e o Argumentativo. Cada um deles dispõe de uma função de base - que corresponde à finalidade discursiva do projeto de fala<sup>1</sup> do locutor - e um princípio de organização.

O Modo Enunciativo indica a posição do sujeito enunciador em relação ao interlocutor, ao seu próprio discurso e a outros discursos. O Modo Descritivo identifica, qualifica e localiza os seres do mundo. O Modo Narrativo, por sua vez, constrói a sucessão de ações e de eventos nos quais esses seres estão envolvidos. Finalmente, o Modo Argumentativo permite organizar, numa visada racionalizante para influenciar o interlocutor, as relações de causalidade instauradas entre as ações.

Como nossa intenção neste trabalho é a análise da construção argumentativa no Manifesto “O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos”, do Visconde de Ouro Preto (1891), deteremo-nos ao Modo Argumentativo.

---

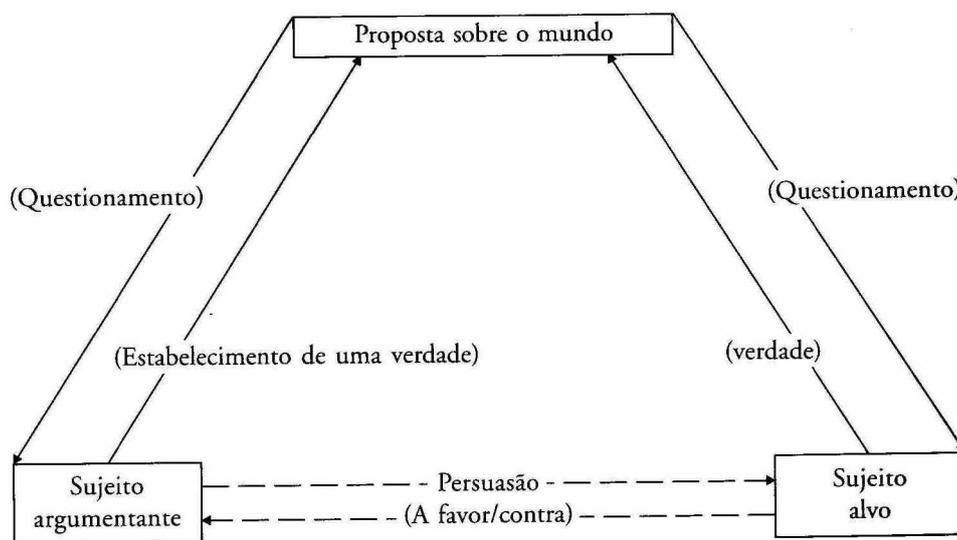
<sup>1</sup> Segundo Charaudeau (2008), o projeto de fala fundamenta-se nos objetivos, mais ou menos claros, que motivam os sujeitos na construção de seus discursos e que são elaborados estrategicamente.

De acordo com Charaudeau (2008), a argumentação é uma atividade da linguagem em que o sujeito que argumenta expressa uma convicção, por meio de uma explicação que tenta transmitir ao interlocutor para persuadi-lo a alterar seu comportamento. Para o autor, a argumentação é definida numa relação triangular entre Sujeito Argumentante, uma Proposta sobre o Mundo e um Sujeito-alvo. Ou seja, a argumentação requer uma Proposta sobre o mundo que provoque um questionamento em alguém, um sujeito engajado em relação a esse questionamento e outro sujeito constituído como alvo da argumentação.

O modo argumentativo permite, então, que sejam concedidas explicações sobre asserções feitas sobre o mundo, levando-se em consideração uma dupla dimensão de racionalidade: a razão demonstrativa, em que se busca um ideal de verdade ao se explicar os fenômenos do universo, e a razão persuasiva, em que há uma intenção de se influenciar o Sujeito-alvo a aderir à Proposta do Sujeito argumentante.

Em síntese, a construção do Modo Argumentativo pode ser diagramada da seguinte maneira:

**Figura 1:** A construção do Modo de Organização Argumentativo



Fonte: Charaudeau, 2008, p. 205.

## **2.1 O Dispositivo Argumentativo**

O Dispositivo comunicacional do Modo Argumentativo envolve uma Proposta (tese), uma Proposição (quadro de questionamento) e a Persuasão (quadro de raciocínio), que são suscetíveis de se superpor na configuração discursiva de uma argumentação.

A Proposta constitui-se, para Charaudeau (2008), em uma ou mais asserções que dizem respeito ao “por que” e ao “como” dos fenômenos do mundo. Sendo assim, além de apresentar uma afirmação sobre o mundo, o Sujeito Argumentante insere essa afirmação num determinado quadro de problematização, que orienta a perspectiva argumentativa na qual o Argumentante insere o problema levantado em sua afirmação, tese ou proposição.

A Proposição, em seu turno, parte de um quadro de questionamento fundamentado na possibilidade de colocar em causa a Proposta. Esse questionamento varia segundo os posicionamentos dos sujeitos. Sendo assim, eles explicitam a posição deles a respeito o fenômeno posto em discussão, sendo que essa tomada de posição pode demonstrar uma concordância, parcial ou total, com uma tese já existente, ou uma discordância, parcial ou total, com essa tese. O posicionamento pode ser acompanhado, ainda, de uma avaliação que o sujeito faz a respeito de uma determinada tomada de posição, a fim de validá-la ou refutá-la.

Já a Persuasão, tal como o nome já indica, evidencia um quadro de raciocínio persuasivo, no qual é possível se desenvolver um quadro de questionamento, a partir dos seguintes mecanismos: a Refutação, a Justificativa e a Ponderação.

Nesse quadro de raciocínio persuasivo, o sujeito desenvolve o que se pode chamar de Controvérsia, empregando procedimentos semânticos, discursivos e de composição para estabelecer a Prova do posicionamento adotado na Proposição. A seguir, apresentamos um quadro-resumo do dispositivo argumentativo:

**Figura 2:** Resumo do dispositivo argumentativo



**Fonte:** Charaudeau, 2008, p. 225.

Entre os componentes do Dispositivo Argumentativo, destacaremos a Proposta, com vistas a observar o seu funcionamento no Manifesto “O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos”, do Visconde de Ouro Preto (1891). De maneira geral, a Proposta compõe-se de uma Asserção de Partida (A1), uma Asserção de Chegada (A2) e uma Asserção de Passagem.

A Asserção de Partida (A1) representa um dado de partida e admite um novo enunciado em relação ao qual ela se justifica. Esse novo enunciado é a Asserção de Chegada (A2), que resulta na conclusão da relação argumentativa. Já a Asserção de Passagem busca justificar a relação de causalidade entre A1 e A2.

A Asserção de Passagem fundamenta-se, pois, no “argumento que, do ponto de vista do sujeito argumentante, deveria incitar o interlocutor ou o destinatário a aceitar a proposta como verdadeira.” (CHARAUDEAU, 2008, p. 209). É por meio da Asserção de Passagem que o Sujeito Argumentante busca convencer o Sujeito-alvo da verdade daquilo que defende, tentando modificar a opinião ou as crenças desse último. O objetivo é, portanto, incitar o Sujeito-alvo

a fazer, dizer ou pensar de determinado modo. É o que tentaremos demonstrar nas análises a seguir.

## **2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DO MANIFESTO**

“Algumas palavras mais de interesse puramente pessoal: escrevo o meu testamento político.” (OURO PRETO, 1891, p. 26)

Antes de iniciarmos as análises propriamente ditas, apresentaremos uma breve contextualização do nosso objeto de estudo. O Manifesto “O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos”, do Visconde de Ouro Preto (1891), é uma escrita do fim do século XIX que emergiu de um momento histórico importante no cenário político brasileiro: a Proclamação da República no Brasil, em 15 de novembro de 1889. Entre os personagens participantes desse evento, encontra-se o Visconde de Ouro Preto. “Visconde de Ouro Preto” é um título nobiliárquico atribuído em 13 de junho de 1889 a Afonso Celso de Assis Figueiredo (Ouro Preto, 21 de fevereiro de 1836 - Petrópolis, 21 de fevereiro de 1912). Segundo Lima Júnior (1966), ele pode ser considerado o representante da última geração da nobreza ouropretana.

Na cidade de Ouro Preto, foi jurista, secretário de polícia, inspetor da tesouraria provincial de Minas Gerais e procurador fiscal. Atuou quase trinta anos no Parlamento brasileiro como deputado e senador do Império, sendo três vezes ministro: da Marinha, durante a Guerra do Paraguai, entre 1864 e 1870; da Fazenda, em 1879; e do último ministério do Segundo Reinado - o Gabinete 7 de Junho de 1889. Neste, atuou como presidente, a pedido de D. Pedro II. Entretanto, esse gabinete durou apenas cinco meses, pois, no mesmo dia em que a República foi proclamada no Brasil, ele foi dissolvido.

O Visconde foi considerado o culpado pela insubordinação militar, foi preso e, em seguida, exilado para a Europa, com destino a Hamburgo - Alemanha, por ordem do Marechal Deodoro da Fonseca. Durante sua viagem para o exílio, o Visconde escreveu, em Santa Cruz de Tenerife, província espanhola, em 9 de dezembro de 1889, um Manifesto intitulado “O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos” e o publicou no suplemento do jornal

português **Commercio de Portugal**, nº 3122, de 20 de dezembro de 1889. O objetivo de seu Manifesto era narrar o que presenciou, sobretudo desde a implantação do Gabinete 7 de Junho de 1889 até o momento em que foi deportado. O Visconde apresenta uma “vontade de memória” e uma “vontade de verdade”, buscando deixar para as gerações futuras o que ele designa como “subsídios para a História.” (OURO PRETO, 1891, p. 80) Segundo ele,

é meu primeiro cuidado referir-lhes o que presenciei e a parte que tive nos memoráveis acontecimentos de 15 de novembro (...) Incumbe-me fornecer á historia esses subsídios indispensáveis (...). Commetterria eu uma falta se os occultasse.(OURO PRETO, 1891, p. 31)

Referindo-se à queda da Monarquia e ao seu exílio de maneira crítica, percebemos que sua escrita apresenta um tom polêmico. Tanto é que, na época, essa publicação gerou grande repercussão, sobretudo no Brasil. Políticos como Christiano B. Ottoni, um dos adversários que o Visconde mais rijamente enfrentou na vida pública, Ruy Barbosa, ministro da fazenda, e o marechal Visconde de Maracajú publicaram artigos em jornais, como no **Jornal do Commercio**, no **Século** e na **Gazeta de Notícias**, contestando o seu conteúdo.

Tendo em vista as respostas que esse Manifesto suscitou, o Visconde decidiu publicar o livro “Advento da Dictadura Militar no Brazil”, no ano de 1891, na França, contendo a reedição desse mesmo Manifesto. Essas alterações são marcadas pela incorporação de citações de artigos de jornais da época, escritos por políticos republicanos e monarquistas brasileiros, bem como pela inserção de diversas notas de rodapé e retificações. Nessa reedição, ele tinha o intuito de corroborar as colocações apresentadas no Manifesto de 1889, pois, segundo ele, “Ordinariamente os jornaes perdem-se ou consomem-se ao cabo de algum tempo; o mesmo não succede com um livro” (OURO PRETO, 1891, p. 1).

O Visconde tem como desígnio a preocupação de transformar suas lembranças em registros a partir de suas interações sociais, na pretensão de estabilizar e transmitir sua própria imagem da sociedade por meio de suas reminiscências. Ele critica a Proclamação da República como uma

demonstração eloquente das condições a que o Brasil foi reduzido, chamando-a de um “golpe” (OURO PRETO, 1891, p. 102), do qual ele teria sido, injustamente, vítima, tendo sido considerado o culpado pela queda do regime monárquico.

Na opinião do Visconde, o seu Manifesto “Vem a pello, porque d’ahi resultam igualmente subsídios para a historia, mencionar o que colhi das conversações com alguns officiaes, durante os dias em que com elles convivi.” (OURO PRETO, 1891, p. 80). Ganha espaço na obra a preocupação memorialística, pois dedica sua escrita aos seus concidadãos, dizendo que “Ahi fica para o futuro historiador fonte abundante de proveitosos esclarecimentos.” (OURO PRETO, 1891 p. 83). E, além disso, ele se refere à República como “a mais clamorosa injustiça aos brasileiros” (OURO PRETO, 1891, p. 130) e que a política “registra a falsidade como subsidio à história” (OURO PRETO, 1891, p. 135). Assim, percebemos a sua preocupação em dirigir-se a um Sujeito-alvo para persuadi-lo de que a sua escrita funda a versão mais credível da instauração republicana no Brasil.

### **3 A ORGANIZAÇÃO ARGUMENTATIVA DO MANIFESTO**

Ao aplicarmos o quadro do Dispositivo Argumentativo ao nosso *corpus*, podemos considerar que o Manifesto apresenta a seguinte relação triangular:

- (1) Sujeito Argumentante: Visconde de Ouro Preto;
- (2) Sujeito-alvo: Gerações futuras (concidadãos e compatriotas) e

(3) Proposta sobre o mundo: A Proclamação da República no Brasil constitui um erro. É partindo dessa premissa que o Visconde elabora toda sua escrita em favor da Monarquia.

Ao considerarmos a noção de Proposta em relação ao Manifesto, destacamos alguns fragmentos e observamos as seguintes relações:

(1) “Incumbe-me fornecer á historia esses subsidios indispensaveis para que ella [a História] profira juizo imparcial e seguro. (...) Commetterea eu uma falta se os occultasse.” (OURO PRETO, 1891, p. 31)

Proposta:

(A1) SE o Visconde revelar o que sabe, (A2) ENTÃO a História poderá julgar com imparcialidade e segurança o acontecimento. PORQUE ele detém uma verdade que não pode ser ocultada.

(2) “(...) não perdurará e menos fará a felicidade da patria a republica (...)” (OURO PRETO, 1891, p. 104)

Proposta:

(A1) SE a República foi instaurada, (A2) ENTÃO ela não prevalecerá. PORQUE ela trará infelicidade aos brasileiros.

(3) “A republica brasileira, qual foi proclamada, é uma obra de iniquidade; não póde perdurar.” (OURO PRETO, 1891, p. 105)

Proposta:

(A1) SE a República foi proclamada, (A2) ENTÃO ela não pode prevalecer. PORQUE a Proclamação da República é um golpe/uma obra iníqua.

(4) “Uma nação de homens livres não supportará por muito tempo tão intoleravel regimen (...)” (OURO PRETO, 1891, p. 106)

Proposta:

(A1) SE a República prevalecer, (A2) ENTÃO os brasileiros não a suportarão. PORQUE a Monarquia lhes garantia liberdade.

(5) “(...) d’aqui os exhorto (...) não poupem esforços nem sacrificios para conjurar as calamidades que ameaçam a terra comum, que tanto estremecemos.” (OURO PRETO, 1891, p. 107)

Proposta:

(A1) SE os seus concidadãos reagirem contra a República, (A2) ENTÃO eles não estarão ameaçados.

PORQUE o Visconde e seus concidadãos consideram a República uma calamidade.

O primeiro excerto apresenta-se nas primeiras linhas do Manifesto, onde, então, o Visconde revela seu projeto de escritura. Percebemos um desejo de constituição, pelo discurso, de uma História distinta daquela que estaria sendo traçada pelos vitoriosos, os republicanos. Evidencia-se o que caracterizamos, anteriormente, como uma “vontade de memória”, um aspecto que atuaria como uma autojustificativa de sua argumentação. Nesse trajeto, enuncia-se um dever da ordem do lembrar, como uma forma de recuperar e calcificar um passado. Esta é uma estratégia adotada pelo Visconde, que visa a reforçar a base de suas palavras, considerada, por ele, como um estatuto discursivo de origem, fundador de uma “verdadeira História”. Essa, por sua vez, permitiria aos brasileiros distinguir o melhor e o pior no ambiente político da época.

Nos fragmentos (2), (3) e (4), a instauração republicana é considerada um “crime”, uma “obra de iniquidade” que não se sustentaria no cenário político. Ainda para o ex-ministro, a República não traria felicidade para os brasileiros e teria uma existência passageira, pois, de acordo com seu posicionamento, o Segundo Reinado havia consolidado o regime monárquico no país. Nos três excertos, o vínculo modal entre A1 e A2 é da ordem do possível, da plausibilidade, de modo que a conclusão pode ser considerada como verossímil, se inserida no escopo do valor da verdade.

No quinto fragmento, o Visconde integra-se ao seu concidadão, por meio do uso da primeira pessoa do plural. Ele se coloca enquanto parte desse grupo que está sob a ameaça da República, tão temida por eles.

Consideramos os excertos selecionados envolvidos por uma dupla busca: (i) de um ideal de verdade, com vistas a explicar o acontecimento “Proclamação da República no Brasil”, e (ii) de um ideal de persuasão, com vistas a persuadir os concidadãos a insurgirem-se contra a República. Ao explicar o acontecimento citado, como também ao tentar persuadir seus concidadãos, o Visconde destaca o Império, no qual atuou por mais de trinta anos, como uma instituição mantenedora da prosperidade e da força nacional do Brasil, ao contrário do que era antes, segundo ele, uma nação em atraso e pouco populosa. Ao fazê-lo, ele se situa no discurso da tradição monárquica,

que se instalou desde a colonização do Brasil, e que se tornou regular a partir de 1822, com o Primeiro Império.

Trata-se de um discurso que, até a crise do Segundo Império, fez-se dominante, mesmo que, para tal, tivesse que derrotar os “discursos subalternos”, das sedições, revoltas e revoluções derrotadas no período. Por outro lado, em 1889, esse discurso, em crise, é contraditado pelo discurso circulante em ascensão, aquele que afirmaria que “O império era a ruína da Nação”, representado pela voz republicana.

É justamente contra esse discurso em ascensão que o Visconde se engaja em sua argumentação. A vontade de conservação do discurso monárquico e das suas instituições - a nobreza, a distribuição de títulos, a identidade para com a tradição - coloca-se, desse ponto de vista, em contraposição à mudança política. Essa mudança daria lugar ao novo, aquilo que não estava de acordo com a tradição e, por isso, constituía-se como participante da verdade e de poder de uns poucos, que se engajariam em uma simples aventura e experiência efêmera. Esse conceito de verdade estabelecido pelo Sujeito Argumentante é importante, pois é ele que valida a conclusão da argumentação. Entretanto, esse ideal de verdade, afirma Charaudeau (2008), passa por filtragens subjetivas, tais como a experiência individual e social do sujeito, como também as operações de pensamento que constroem os universos discursivos de explicação e de persuasão.

Desse modo, o Sujeito Argumentante Visconde apela para a sua experiência pessoal e social vivida no regime decaído para fundamentar sua contra-argumentação em torno da República. Ele utiliza, então, argumentos que a desfavorecem, segundo o ponto de vista dele.

A maneira como o Visconde se engaja ao argumentar apresenta uma particularidade: enunciados como (2), (3) e (4), por não estarem estruturados em primeira pessoa, produzem, de certa forma, um efeito de distância em relação ao discurso, uma vez que o sujeito realiza um relato sobre o mundo ou sobre o discurso dos outros. Entretanto, ainda que o Sujeito Argumentante enuncie em terceira pessoa, ele emprega qualificações subjetivas, tornando o enunciado subjetivo.

É o que faz o Visconde: ainda que ele fale da Proclamação da República em terceira pessoa, nem sempre ele consegue atingir alto grau de objetividade, pois apresenta sinais de subjetividade, principalmente porque ressalta a sua insatisfação com o novo regime instaurado, expressando posicionamentos afetivos ou axiológicos - fundamentados em valores. A tomada de posição realizada por Afonso Celso é implícita, pois ele não se autointitula um monarquista em nenhuma passagem de seu Manifesto. Esse tipo de organização enunciativa ultrapassa o simples emprego de pessoas do discurso, porque revela opiniões do locutor (Visconde de Ouro Preto), produzindo efeitos imediatos sobre o leitor (concidadãos e compatriotas).

Um desses efeitos é o uso da Injunção, no fragmento (5), para demonstrar sua preocupação em dirigir-se ao seu leitor-concidadão, a fim de integrá-lo ao seu discurso. Esse mecanismo linguístico atua como uma forma de significar a presença de seu concidadão, reconhecê-lo como alvo de seu apelo e persuadi-lo. Dessa maneira, o Visconde interpela o seu Sujeito Alvo, destacando-o entre um conjunto de interlocutores possíveis, designando-o por um termo de identificação específico – Concidadão. Ao fazê-lo, espera que seu interlocutor reaja contra a República, não poupando esforços nem sacrifícios para combatê-la. Tal operação inscreve-se no eixo do obrigatório, pois o vínculo modal entre A1 e A2 é da ordem do necessário, sendo A2 uma conclusão que se impõe diante de A1.

Ao argumentar, o Visconde de Ouro Preto coloca-se como um sujeito de autoridade, testemunha de sua época. Esse procedimento discursivo, ou estratégia discursiva de credibilidade, tem frequentemente uma função político-ideológica que, nesse caso específico, tem por objetivo revelar e compartilhar a “visão por detrás” da instauração republicana no Brasil. Tal tomada de posição é, em grande parte, alicerçada por meio de julgamentos de valor, por denúncias e por posicionamentos irônicos, manifestando, assim, uma argumentação polêmica e ativista.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos perceber a dimensão argumentativa no Manifesto “O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos”, fundamentada do Modo de Organização Argumentativo (CHARAUDEAU, 2008). A partir das análises, vimos que o Visconde de Ouro Preto busca um ideal de verdade, como também um ideal de persuasão, argumentando ser um detentor de uma verdade histórica oriunda da mudança política ocorrida no Brasil, em 1889, bem como tentando demonstrar o quão nefasto pode ser o regime republicano. Sendo assim, de maneira geral, sua argumentação baseia-se numa atitude discursiva reacionária à fundação republicana, por meio de asserções que desabonam o novo regime em ascensão.

Valendo-se de diferentes relações causais - algumas delas explicitadas em nossos excertos de análise -, o posicionamento contrário do Visconde ao regime republicano teria como finalidade última conclamar seus concidadãos a insurgirem-se contra esse novo regime.

### Résumé

Dans ce travail, nous prétendons analyser le fonctionnement du Mode d'Organisation Argumentatif, plus précisément de la Proposition, dans le Manifeste “*O Visconde de Ouro Preto aos seus Concidadãos*” (Le Vicomte de Ouro Preto à ses concitoyens). À cette fin, une brève contextualisation du Manifeste en question sera faite, ainsi qu'une sélection de cinq extraits d'analyse, desquels seront détaillés les Affirmations de Départ, d'Arrivée et de Passage. Dans nos analyses, nous chercherons à démontrer comment le Vicomte structure son argumentation contre la République, de façon à persuader ses concitoyens à s'engager contre ce nouveau régime. Les résultats pointent vers le fait que l'argumentation développée par le Vicomte dans son Manifeste s'oriente à partir d'un double idéal: l'idéal d'explication et l'idéal de persuasion.

**Mots-clés:** Mode d'Organisation Argumentatif; Manifeste; Vicomte de Ouro Preto

## REFERÊNCIAS

CHARAUDEAU, P. **Linguagem e Discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008.

OURO PRETO, V. de. Introdução; O Visconde de Ouro Preto aos seus concidadãos. In: \_\_\_\_\_. **O Advento da Dictadura Militar no Brazil**. Paris: Imprimerie F Pichon, 1891. p. 1-108. Obra fac-similada.